



## **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)**

Aos 10 (dez) dias do mês de junho do ano de 2026, reuniu-se de maneira on-line, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) para a realização de sua 5ª reunião ordinária, estando presentes os Conselheiros: Ana Paula Riedel Pires, Ana Paula Rocha de Azevedo, Bárbara Princival Cordeiro, Fabio Miguel Claudino Pereira, Graziela Maria persegona e Maria Rita J. Das Chagas. Tendo como pauta: Aprovação da ata; correspondências; Visitas; e Outros assuntos.

O Presidente Fabio Miguel Claudino Pereira, inicia a reunião cumprimentando a todos os Conselheiros, na sequência, faz a leitura da pauta, o Presidente Fábio pergunta se todos receberam e leram a ata, e se é necessário fazer a leitura. Os conselhos afirma que receberam e que não é necessário realizar a leitura da ata. O Presidente pergunta se todos aprovam a ata. Os conselheiros aprovam a ata da 4ª reunião ordinária. Dando seguimento as correspondências o Presidente Fábio pede para a Secretária Néia realizar a leitura. A Secretária Néia faz a leitura do ofício nº 138/2026 da SEMED, em resposta ao relatório de visitas, sobre o CMEI João de Barro Preto, a supervisora da empresa Objetiva conversará com a funcionária que justificou o não uso do sapato de segurança por motivos de alergia. Ela será orientada a apresentar um laudo médico e a empresa providenciará um calçado adequado à sua condição clínica. Sobre o CMEI Bem-te-vi Crescer, a supervisão da empresa reforçará a obrigatoriedade do uso correto e completo dos EPIs (com foco nos sapatos de segurança) e a necessidade de manter todas as embalagens abertas devidamente identificadas. Nas unidades Escola Municipal Ezaltina de Camargo Meiga e na Escola Municipal Eugênia da Cruz Santos Talamini não foi encontrada nenhuma inconformidade na prestação dos serviços. A Divisão de Merenda Escolar reforçou que permanece à disposição de todas as unidades para suporte e orientação. Ficou alinhado que é de responsabilidade direta da direção de cada escola entrar em contato com o setor caso surjam novos problemas na execução do contrato. A próxima correspondência recebida é um informe do FNDE sobre os períodos dos mandatos dos conselhos de alimentação escolar, no documento está colocado que a partir de 2027, todos os CAEs do Brasil terão seus períodos de mandato unificados. Os mandatos serão de 4 anos, iniciando em 1º de novembro de 2027 e encerrando em 31 de outubro de 2031. A medida visa dar mais visibilidade às eleições por meio de campanhas nacionais, desvincular o processo eleitoral do CAE das eleições de prefeitos e governadores (garantindo maior autonomia) e fortalecer a capacitação dos conselheiros em nível nacional. Haverá um período de transição, se o mandato atual vence após 1º de novembro de 2027: Não há necessidade de eleição de transição. O mandato vigente será encurtado para acabar em 31 de outubro de 2027, devendo ocorrer uma nova eleição antes dessa data para o mandato unificado. Se o mandato atual vence antes de 1º de novembro de 2027: O conselho deverá realizar duas eleições: Uma eleição para um mandato de transição (para cobrir o espaço de tempo até 31 de outubro de 2027); Outra eleição para

o mandato unificado (com início em 1º de novembro de 2027). A legislação não permite a prorrogação automática de mandatos. O Presidente Fábio coloca que então seria uma eleição para um ano e outra para 4 anos. A Secretária Néia acrescenta que o mandato atual vai terminar em 25 de novembro. Então, até 25 de novembro tem que fazer uma nova eleição que irá valer até 31 de outubro do ano que vem. Mas para esse período de transição os conselheiros podem ser reconduzidos. O Presidente Fábio acrescenta que no caso do Presidente que só pode ser reeleito uma vez, essa transição contaria uma reeleição. A Secretária Néia coloca que em setembro já precisa encaminhar os ofícios solicitando indicação de representantes, podendo haver a recondução. Dando sequência a pauta a Secretária Néia faz a leitura do convite do CECANE para um encontro sobre Alimentação Escolar, o tema é PNAE em movimento, atualizações e adequações na alimentação escolar, será no dia 18 de junho, a partir das 13:30. O Presidente Fábio pergunta se alguém gostaria de colocar algo. A Conselheira Ana Paula Rocha, pergunta para a Conselheira Ana Paula Riedel como que ficou a situação do CMEI João de Barro Preto, pois ela tinha ficado de ir até o local e verificar se talvez teria um outro espaço para as crianças fazerem as refeições. A Conselheira Ana Paula Riedel coloca que a Divisão foi até lá, e verificou que tem algumas salas ociosas, então precisa conversar com a Marilza sobre a possibilidade de usar por enquanto uma dessas salas ociosas como refeitório, foi visto sim a salinha que eles adaptaram para refeitório lá atrás, mas aí verificou-se que dá para usar uma sala daquelas novas da frente, realocar aquela turma para uma outra sala que tá ociosa, então precisa conversar com a Marilza para fazer essa adequação. A conselheira Ana Paula Rocha informou que a presidente do sindicato, Sâmia, irá se afastar do cargo para concorrer como deputada estadual nas eleições deste ano. Embora tenha sido deliberado que ela não assumirá o título de presidente interina (permanecendo como secretária-geral), as funções da presidência recairão sobre ela. Devido ao acúmulo de funções no sindicato, a conselheira anunciou que não poderá mais participar do CAE e se despediu do grupo. Ela expressou grande estima pelo conselho e destacou o sucesso da atual gestão, que se diferenciou das anteriores por conseguir realizar efetivamente as visitas de fiscalização. A Conselheira Ana Paula Rocha também sugere que seja feita uma fiscalização sobre o desperdício no dia da greve, propondo que o CAE envie um ofício à Secretaria Municipal de Educação para questionar como foi a distribuição da merenda escolar e se houve desperdício de comida no dia da paralisação/greve. Ela mencionou que houve uma movimentação do diretor de educação, Luciano, para não dispensar a comida sob a justificativa de que a greve havia sido considerada ilegal. Defendeu que, como órgão fiscalizador, o CAE precisa dessas informações, pois o desperdício de alimentos não pode ser tolerado. O encaminhamento foi deixado para o colega Fábio, caso o conselho concorde. O Presidente Fábio lamentou a saída da colega, mas demonstrou total compreensão em relação ao aumento de suas demandas de trabalho. Destacou que ela foi uma peça fundamental na gestão do CAE, liderando e auxiliando ativamente nos trabalhos executados, e afirmou que ela fará falta, deixando as portas abertas para um retorno no futuro. O Presidente concordou com o envio do ofício de questionamento proposto. Defendeu que o CAE deve pedir mais informações detalhadas sobre o ocorrido no dia da paralisação, incluindo: Como foi a ação dentro das unidades escolares; Se houve devolução de alimentos; Qual foi o quantitativo exato de comida envolvido. Ressaltou que esses dados são importantes tanto para o esclarecimento dos fatos quanto para o arquivo do próprio conselho. A Secretária Néia coloca sobre as próximas visitas, que já verificou a disponibilidade do carro, e está reservado para o dia 16/06, na parte da tarde, então pergunta se alguém pode se dipor em fazer as visitas. A Conselheira

Ana Paula Rocha coloca que se ninguém puder ela pode se comprometer em estar fazendo essa última visita enquanto não chega o ofício de seu desligamento. A Conselheira Maria Rita também se coloca a disposição e a Conselheira Ana Paula Riedel colocou no chat que também pode fazer. Seguindo a pauta sobre os outros assuntos, o Presidente Fábio coloca sobre o andamento do edital da agricultura familiar explicando que houve uma mudança de protocolo, e a própria Secretaria ficou responsável por tramitar o processo diretamente. Em conversa com Sílvia e Camila, o conselheiro foi informado de que o edital já está todo pronto. No dia 27/05, o processo estava no gabinete da prefeita. Desde o dia 01/06, encontra-se na Procuradoria-Geral do Município (PGM), sendo a última atualização no dia 03/06, no gabinete do procurador. O edital aguarda a liberação desse setor para ser publicado. Fábio acrescenta que Camila expressou grande preocupação com o atraso e com a baixa execução financeira dos recursos recebidos. Caso o processo seja liberado rapidamente, as compras só poderão ser iniciadas a partir de agosto, o que significa que o município não conseguirá gastar muito do valor disponível para este ano. O Presidente Fábio lembrou que o CAE já tentou buscar respostas e pressionar diretamente a Prefeita e o secretariado várias vezes, mas não obteve retornos corretos (inclusive sobre a tramitação). Ele sugeriu que o CAE encaminhe uma reclamação ou denúncia ao Ministério Público (MP) para que o órgão exerça pressão sobre a gestão e agilize o processo. A sugestão foi aberta para debate e novas ideias do grupo. A Conselheira Ana Paula Rocha demonstrou forte insatisfação com a demora na tramitação do edital da agricultura familiar, afirmando que o assunto está "enrolado demais" e que já passou da hora de uma resolução. Para dar celeridade ao processo e garantir a aplicação do recurso, ela sugeriu que o CAE atue de forma conjunta em duas linhas de ação: Frente Jurídica (Ministério Público): Concordou com a proposta de Fábio de acionar o Ministério Público para denunciar ou informar a situação, caso esse seja o caminho legal correto. Frente Política (Agenda com a Prefeita): Propôs buscar uma conversa direta com a prefeita, ressaltando que ela tem o dever de receber o CAE por se tratar do conselho oficial de alimentação. O objetivo da reunião com a prefeita seria cobrar agilidade e expor que o processo trava a todo momento em diferentes setores. Destacou que o dinheiro travado precisa ser investido urgentemente e que os produtores que participam da agricultura familiar dependem e precisam dessa liberação. O Presidente Fábio apontou que a lentidão pode ser intencional. Caso o recurso não seja utilizado na agricultura familiar, ele é revertido para o pagamento de contratos com empresas terceirizadas de alimentação. No fim do ano (novembro), a gestão justificaria o não cumprimento da meta gastando o montante acumulado com duas ou três notas fiscais dessas empresas. Fábio propõe uma ordem de ação para o CAE: Priorizar o envio da denúncia ao Ministério Público (MP), anexando o histórico completo de todas as solicitações e tentativas de contato que ficaram sem resposta por parte da Prefeitura. Caso a denúncia não gere efeito rápido, tentar agendar uma reunião direta com a prefeita para cobrar explicações. Sugeriu que o sindicato também atue e adote medidas em paralelo, se julgar viável. A conselheira Ana Paula Rocha confirmou que, pelo lado do sindicato, é possível formalizar um questionamento sobre o andamento e a situação real do processo. Ela reforçou a importância de tentar primeiro uma agenda direta com a prefeita antes de oficializar a denúncia. Demonstrou disponibilidade para participar da reunião, ressaltando que, devido aos seus compromissos, só poderia comparecer no período da tarde. Fez um apelo para que o Presidente (Fábio) esteja presente na reunião com a prefeita. Destacou que, por ele ser produtor rural, possui "lugar de fala" legítimo para expor diretamente o impacto negativo que o atraso do edital causa na categoria. Manifestou forte indignação

com o tempo de espera e concordou em acionar as duas frentes de pressão para fazer o processo finalmente caminhar. O Presidente Fábio pede para a Secretária Néia fazer esses encaminhamentos. A Secretária Néia coloca que já anotou e irá enviar o ofício para o Fábio verificar e acrescentar algo e também irá verificar a disponibilidade de uma agenda com a Prefeita. Nada mais havendo para tratar, o Presidente Fábio agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo Presidente.

*Valdinéia Santos de Lima*